

PROPOSTA ATA N.º 20/2015 REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA REALIZADA EM 06 DE NOVEMBRO DE 2015.

Aos seis dias do mês de novembro de dois mil e quinze reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça, em sessão ordinária, no Auditório do Edifício dos Paços do Município, presidida pelo Sr. Presidente Mário Fernando Atracado Pereira, onde compareceram os senhores Vereadores: Carlos Jorge Duarte Pereira, João Pedro Costa Arraiolos (CDU-PCP/PEV), Pedro Miguel Santiago Brás Gaspar (PS) e António da Conceição Moreira (Todos Por Alpiarça-PPD/PSD-MPT).

Esteve ainda presente no apoio à reunião: Dora João Duarte Cardoso Baptista, Secretária do Gabinete de Apoio à Presidência, Maria do Céu Rodrigues Henriques, Chefe de Divisão e José Manuel Vaz Portugal de Sousa, Técnico Superior..

Verificando-se quórum, o Sr. Presidente da Câmara cumprimentou todos os presentes e declarou aberta a reunião, eram 15 horas e 10 minutos, após o que deu início à apreciação dos seguintes assuntos:

MOVIMENTO DE FUNDOS

Foi apresentado o resumo diário de Tesouraria de 5 de novembro de 2015, que apresentava um total de disponibilidades de 263.295,69€.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Antes de iniciar o período de antes da Ordem do Dia, Sr. Presidente informa que não houve hipótese de trazer a ata da reunião anterior, e relativamente à outra ata em falta também não será possível votar por manter-se a falta de quórum.

Sugere ainda aos Srs. Vereadores que se antecipe o ponto n.º7 pois o Sr. Eng. José Portugal terá de se ausentar por razões familiares.

Iniciado o Período Antes da Ordem do Dia o Sr. Vereador Pedro Gaspar, inicia a sua intervenção questionando novamente se o Corpo de Bombeiros tem ou não os equipamentos para os serviços de saúde e se é possível ou não alocar uma verba para estes equipamentos no próximo orçamento. Questiona novamente também sobre a avaliação dos custos inerentes à injeção de água na Barragem.

Relativamente ao Orçamento para 2016, questiona quando é que será entregue e solicita também que o documento excepcionalmente lhe seja entregue com mais de 48 horas de antecedência.

O Sr. Vereador António Moreira felicita a autarquia pela colocação dos aparelhos desportivos junto às Piscinas Municipais, informando que esta proposta também estava incluída no programa eleitoral do TPA.

Intervém ainda para falar do estado em que se encontra a estrada da Lagoalva, propõe que se coloque uma placa a informar que a mesma se encontra em mau estado de conservação.

Continua a sua intervenção questionando sobre um casal no Frade de Baixo que deu uma entrevista ao Jornal O Mirante e que vive em condições completamente deploráveis. Solicita ao Sr. Presidente que se desloque à residência deste casal para que possa verificar no local as condições em que estas pessoas vivem.

Respondendo às questões colocadas, o Sr. Presidente informa relativamente aos fardamentos dos Bombeiros, que os Orçamentos ao longo dos anos incluem valores para aquisição destes equipamentos, e estes materiais são adquiridos sempre que possível.

Relativamente ao Orçamento Municipal para 2016, informa que o mesmo está estabilizado e estruturado, estão também a ser consideradas as sugestões das forças políticas e considera que o Município está em condições de apresentar esta documentação em tempo útil para apresentação em reunião de câmara.

Relativamente aos aparelhos desportivos, reconhece que a proposta fazia parte o programa eleitoral do TPA assim como no da CDU. Considera um exemplo de que o executivo está aberto à realização de todas as propostas, desde que sejam coerentes.

Quanto à estrada da Lagoalva reconhece o estado em que se encontra e informa que o Município por diversas vezes já intervencionou o local, dentro das suas possibilidades.

Relativamente ao casal do Frade de Baixo, informa que tem conhecimento do caso e que os Serviços acompanham este processo, informa ainda que se iniciaram os processos para a candidatura ao programa SOLARH que no entanto não pode avançar por uma questão de definição de propriedade. Esclarece ainda que independentemente dos esforços do Município considera que as Autarquias não se podem sobrepor às responsabilidades do Governo Central.

O Sr. Vereador Carlos Pereira, relativamente à estrada da Lagoalva, informa que esta é uma preocupação contínua deste Executivo. Informa que os Serviços estão a intervencionar a Rua de S. Martinho no Frade de Cima e logo que esta esteja terminada, irão intervencionar a estrada da Lagoalva.

Informa que os custos relativos à Barragem estão a ser avaliados e logo que estejam apurados serão enviados aos Sr.s Vereadores.

Relativamente às intervenções da Reunião passada sobre os contentores do Lixo, refere que estão distribuídos 418 contentores, dos quais 41 não têm tampa. Desses 41 uma boa parte encontram-se colocados na Zona Industrial.

Informa ainda que dos 418 contentores, 73 estavam com a tampa aberta.

Relativamente aos Lugares, informa ainda que na Gouxaria existe um contentor sem tampa, assim como no Casalinho, no Frade de Baixo existem (6) e no Frade de Cima (4).

O Sr. Vereador João Arraiolos, relativamente ao Orçamento Municipal não garante em que data será enviado, mas afirma que será enviado logo que esteja terminado.

Quanto ao casal do Frade de Baixo informa que o programa SOLARH foi suspenso, e que pequenos arranjos têm sido feitos, o casal tem sido acompanhado pelos serviços técnicos assim como pelo serviço de acção Social. Informa ainda que os pequenos arranjos não são solução e que a resolução passa quase pela construção de uma habitação nova, e que em sede de Rede Social foram propostas ainda algumas soluções que não tendo sido aceites pelo casal.

O Sr. Vereador Pedro Gaspar ainda relativamente aos fardamentos e ao Orçamento regista a garantia da inclusão das verbas no Orçamento e a garantia de que o documento será entregue atempadamente.

Relativamente aos caixotes do lixo retira da intervenção do Sr. Vereador Carlos Pereira que efectivamente cerca de 10% dos caixotes do lixo não têm tampa, o que continua a considerar que existe um problema. Questiona ainda relativamente a este assunto quando é que será resolvido e quanto é que custará esse investimento.

O Sr. Vereador António Moreira para terminar o assunto dos contentores, considera que 9,8% são 9,8% pelo que o ideal seria 0,8%.

Relativamente à questão do casal, fica satisfeito que o assunto está encaminhado. Reconhece que esta não é uma situação em que a Câmara seja responsável, no entanto tem obrigação moral de ajudar na resolução dos problemas.

O Sr. Presidente intervém para dizer que Alpiarça é dos concelhos que integram a Resiurb, de longe o que tem o rácio mais elevado de contentores por habitante. Informa ainda que nos dias de hoje, a Câmara Municipal conta com quase metade dos trabalhadores do que tinha há 10 anos atrás, e que nenhum desses factores tem diminuído a qualidade dos serviços.

Após um pequeno intervalo inicia-se a Ordem do Dia com a antecipação do ponto 7.

ORDEM DO DIA

Ponto 7 - Apreciação e votação do Reconhecimento do Interesse Público Municipal na Regularização da Instalação Pecuária, da Firma "Crigado S.A.", sita no Cabeço do Moeda, em Alpiarça, e na regularização e ampliação da instalação Pecuária sita na Atela – Casalinho - Proposta Presidência

O Sr. Engenheiro Portugal faz o enquadramento do ponto.

O Sr. Vereador Pedro Gaspar, intervém para dizer que lhe parece muito bem este processo de legalização e que lhe parece também importante que se possa puxar esta empresa enquanto sede social para Alpiarça.

O Sr. Vereador António Moreira, questiona relativamente à proposta se o pressuposto de alteração da sede social para Alpiarça não for cumprida o que acontecerá ao processo em causa.

Aprovado por Unanimidade, remeter à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação

Ponto 1 - Agradecimento do Museu Nacional de Arte Antiga, sobre o empréstimo de um quadro de “Josefa de Óbidos” para a exposição - “Josefa de Óbidos e a Intervenção do Barroco Português” - Museu Nacional de Arte Antiga

O Sr. Vereador António Moreira questiona relativamente às requisições de Obras de Arte, se as mesmas estão seguras quando são emprestadas.

Tomado Conhecimento

Ponto 2 - Proposta de Designação de Representantes da Câmara Municipal na “Agroalpiarça Produção Agrícola – C.I.P.R.L.” - Proposta Presidência

O Sr. Vereador Pedro Gaspar intervém para dizer que compreende as ratificações para assuntos de menor importância, considera que a oposição deveria ter sido chamada a participar nas decisões de uma cooperativa que é detida em 99% pela Câmara Municipal, gostaria de ter sido chamado a opinar sobre esta matéria pelo que se irá abster.

O Sr. Vereador António Moreira considera também que a oposição tinha o direito de poder discutir os nomes e espera que na próxima vez esta situação não volte a ocorrer.

O Sr. Presidente informa que a composição destes órgãos sociais é exactamente a mesma do mandato anterior, e que nunca em outros mandatos a CDU foi chamada a participar na composição dos órgãos sociais da AgroAlpiarça.

O Sr. Vereador João Arraiolos retira-se da sala pois não pode participar na votação.

Aprovada por maioria a ratificação com a abstenção do Sr. Vereador Pedro Gaspar, o voto contra do Sr. Vereador António Moreira e com a ausência da sala do Sr. Vereador João Arraiolos.

Ponto 3 - Proposta da Taxa de Derrama do ano de 2015 para cobrança no ano de 2016 – de acordo com o n.º 1 do artigo 18º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, na redação atualizada (Lei das Autarquias Locais) - Proposta Presidência

O Sr. Presidente informa que esta proposta mantém a mesma forma do ano anterior.

O Sr. Vereador Pedro Gaspar afirma que o Município de Alpiarça é o que aplica as taxas mais altas do País, questionando por isso, se o Executivo governa mais à direita do que na realidade apregoa.

Questiona o parâmetro que exige a criação e manutenção de 3 ou mais postos de trabalho, uma vez que o considera dificilmente atingível, tendo em conta que Alpiarça é um concelho maioritariamente rural onde dificilmente se criam empresas com esta dimensão.

O Sr. Vereador António Moreira questiona se existe algum relatório que refira se existem algumas empresas que beneficiaram destas isenções no ano 2015. E questiona também se o executivo não considera importante a criação de um gabinete de apoio ao empresário no concelho.

Quanto a esta última questão o Sr. Presidente informa que essa situação já foi equacionada, mas que ainda não avançou. Relativamente à proposta em causa, informa que é intenção atrair novos empresários, considera que para si é indiferente de onde vem a receita municipal, considera que seria importante que a Autarquia pudesse reforçar a sua participação nos recursos do Estado, a partir dos impostos pagos pelos Portugueses.

Após as sugestões o Sr. Presidente sugere que se altere a redação para “(...) criação de 2 postos de trabalho (...)”

Aprovado por unanimidade, remeter à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação

Ponto 4 - Proposta de Participação Variável no IRS – Ano de 2016 para cobrança em 2017- N.º 1 do Artigo n.º 26º da Lei das Finanças Locais – Lei n.º 73/2013, de 30 de Setembro, na redação atualizada (Lei das Finanças Locais) - Proposta Presidência

O Sr. Presidente informa que esta proposta mantém a mesma forma do ano anterior.

O Sr. Vereador Pedro Gaspar intervém para dizer que esperava ver este assunto exposto de uma forma mais acertiva.

Aprovado por maioria com a abstenção do Sr. Vereador Pedro Gaspar, remeter à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação

Ponto 5 - Proposta da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) – valor Percentual para o Ano de 2016 – Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro, na redação atualizada – Lei das Comunicações Eletrónicas. - Proposta Presidência

Aprovado por unanimidade, remeter à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação

Ponto 6 - Proposta do Imposto de Imóveis (IMI) para o Ano de 2015 a liquidar em 2016 – DL

287/2003 de 12 de Novembro, na redação actualizada - Proposta Presidência

O Sr. Presidente propõe a retirada do ponto por falta de informação sobre as medidas relativas ao Orçamento de Estado

Ponto retirado para a próxima reunião.

Ponto 8 - Proposta de Cedência à ARPICA , de um Prédio Urbano sito na Rua Dr. José António Simões, com área total de 6.820,00m2, resultante da operação de destaque do Prédio do Olival do Coutinho - Proposta Presidência

O Sr. Presidente propõe a retirada do ponto uma vez que o processo ainda não está completo.

Ponto retirado para uma próxima reunião.

Ponto 9 - Apreciação e votação de Proposta de Louvor, às Equipas Femininas e Masculinas de Triatlo do Clube Desportivo “Os Águias” - época 2015 – Títulos de Campeões Nacionais e Triatlo de Clubes em Femininos e Masculinos - Proposta Vereador João Pedro Arraiolos , n.º 30/2015

O Sr. Vereador João Arraiolos faz o enquadramento da proposta.

O Sr. Vereador Pedro Gaspar considera de facto espantoso os títulos alcançados por estas equipas de triatlo, e questiona se não será também atribuída uma Medalha Municipal.

O Sr. Vereador António Moreira mostra também a sua satisfação pela conquista, e sugere que venham também incluídos o nome dos Atletas, e que o voto de Louvor se estenda aos Seccionistas e famílias dos Atletas.

O Sr. Vereador João Arraiolos informa que tem todo o gosto que o voto se estenda a todos os membros da Secção e do Executivo, informa também que a questão das medalhas está definida para o mês de Janeiro pelo que nessa altura se fará essa proposta.

Informa também que o documento não inclui nomes uma vez que as equipas não foram em todas as provas compostas pelos mesmos atletas.

Aprovado por Unanimidade

Ponto 10 - Licença especial de ruído para os dias 6 e 7 de Novembro de 2015, no horário compreendido entre as 19h e as 02H, para o “Restaurante Danidoce” e local frente ao mesmo estabelecimento, sito na Rua Manuel Paciência Gaspar, n.º 127, em Alpiarça. - Requerente: Daniel Alexandre de Jesus Marçalo

Aprovado por Unanimidade

PERÍODO DO PÚBLICO: -----

Municípe Eduardo Costa intervém relativamente à questão do IMI, para informar que contactou a Autoridade Tributária que lhe garantiu que já enviou a todas as Câmaras a informação necessária sobre a questão do IMI.

Informa ainda que a legislação não limita as Câmaras na atribuição de taxas do IMI familiar a 10, 20 e 30% mas permite que os descontos sejam até 10, 20 ou 30% podendo estas taxas ser aprovadas por 2 ou 3%.

Ainda quanto ao IMI considera que as taxas não devem ser iguais para os Municípes que residem no Concelho e mantêm as suas casas e aqueles que não residem nas casas e não as mantêm em condições.

Relativamente às análises da Barragem verificou que efectivamente as mesmas estão afixadas no local, refere ainda que algumas análises anteriores que apresentavam resultados com perigo para a Saúde pública não foram afixados.

Questiona por isso se estas recentes análises só foram tornadas publicas porque estão bem, ou se irá passar a ser prática a publicação de todas as análises.

O Sr. Presidente esclarece que efectivamente a Autoridade Tributária enviou informação relativamente ao número de prédios, mas não relativamente aos contribuintes em condições de beneficiar das isenções. Não sendo possível por isso apurar na realidade o impacto destas medidas no Orçamento Municipal.

Quanto às análises, relativamente a 2014 informa que os dados que foram transmitidos, foram os mesmos transmitidos pelo próprio responsável da APA, e que de futuro todos os resultados passaram a ser afixados.

Nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada pelo Sr. Presidente, eram 18 horas e 16 minutos, da qual, para constar, se lavrou a minuta que foi aprovada por unanimidade para efeitos de execução imediata.

E eu, Dora João Duarte Cardoso Baptista, Secretária do Gabinete de Apoio à Presidência, a redigi e assino.